

Carta do corpo discente de Letras sobre o curso da reforma curricular

Nós, o corpo discente do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná, respaldados pelos apontamentos deliberados em Assembleia Geral Estudantil realizada em dois turnos na última segunda-feira (24), gostaríamos de ressaltar algumas coisas a respeito da reforma curricular do curso de Letras que está em processo.

A principal “razão de ser” da reforma curricular de Letras, que já passou por outras instâncias da universidade (sendo elas: as reuniões das áreas, dos departamentos, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Letras) era a adequação do nosso currículo às exigências do Ministério da Educação (MEC) previstas na Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que estabelecia Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores. Além de aumentar a carga horária de todos os cursos de Licenciatura, a Resolução, aplicada em nosso curso, resultaria na impossibilidade em manter os cursos de licenciatura dupla, característica fundamental de nosso curso que não só garante a diversidade de línguas e literaturas ofertadas pelos departamentos, como garante uma maior chance de inserção dos profissionais de Letras no mercado de trabalho.

Felizmente, a supracitada Resolução fora suspensa – em função, sobretudo, da recusa de diversas universidades em adequar seus currículos. Este novo fato coloca em xeque o principal argumento que sustentava a urgência de uma reforma curricular no curso de Letras, já que, de acordo com as palavras do Departamento de Literatura e Linguística (DELLIN) apresentadas na “Carta à comunidade do Curso de Letras da UFPR”: “(...) a licenciatura simples é imposição do MEC (...) não é, definitivamente, o desejo do DELLIN”. Recentemente, isso foi reconhecido publicamente por dez professores do DELLIN que assinaram uma nova carta colocando-se contra a reforma do currículo nos termos em que ela foi aprovada, bem como a maioria das áreas que compõem o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DELEM) e todo o Departamento de Polonês, Alemão e Letras Clássicas (DEPAC).

Entendemos que muitos professores viram na – até então – urgente reforma do currículo a possibilidade de pensar e criar um curso de formação de profissionais de Letras de excelência, tendo em vista que a necessidade de modernizar nosso currículo vem se arrastando há anos. Não é nosso desejo jogar fora todo esse cuidadoso trabalho, mas mantemos nossa posição de que esta formação de excelência não pode se concretizar a custo do fim da diversidade constitutiva de nosso curso – possibilitada, sobretudo, pela chamada dupla habilitação e pelas disciplinas de núcleo comum – principalmente em um momento de crescente precarização das relações de trabalho, especialmente na área da educação.

Ressaltamos ainda que o processo conturbado que envolve a reforma curricular também decorre da própria estrutura das universidades brasileiras, que não oferecem democracia estudantil e nem autonomia universitária, e apontamos como solução para esse problema uma reforma universitária que construa uma universidade com ampla participação dos estudantes em todos os processos de decisão, incluindo aqui as grades curriculares dos cursos de graduação. Outra contribuição para solucionar estes problemas seria garantir autonomia às universidades, a fim de permitir que estas contratem mais professores e possam gerir melhor a verba que recebem, em prol de cursos bem estruturados e com qualidade.

Em suma, desejamos que esse debate da reforma curricular volte para as instâncias de base para que seja amplamente discutida entre toda a comunidade que compõe o curso de Letras, da maneira mais democrática possível, e não apenas com alunos sendo convidados para reuniões de exposição de um novo currículo, mas sim para reuniões onde o corpo discente possa construir o currículo junto aos professores. Queremos que nossa voz enquanto estudantes – que compomos a maioria da comunidade acadêmica – seja ouvida e respeitada.

Nos últimos dias, o Centro Acadêmico de Letras, gestão “Juntos somos mais fortes – CAL 2018/2019”, divulgou um questionário, tanto físico quanto online, para os estudantes do curso, que fizeram apontamentos diversos respondendo às 10 perguntas que propusemos. Dentre as considerações, críticas às disciplinas obrigatórias das licenciaturas foram recorrentes, apontando a fragilidade das ementas, do planejamento e da estrutura das matérias, que, segundo os estudantes, são desenvolvidas com excesso de teoria (bastante desatualizada, por sinal) e com uma prática de iniciação à docência desqualificada, que falha em instrumentalizar os estudantes para atuarem com excelência nas salas de aula. Diante das análises, sugestões e propostas do corpo discente de Letras é possível observar que existe uma demanda por melhorias na formação de professores. Contudo, deve-se ressaltar que as mudanças necessitam ser qualitativas, e não apenas quantitativas como a Resolução 02/15 propõe com o aumento de carga horária. Para nós, estudantes, o aumento de carga horária das licenciaturas não é uma reforma que vai transformar o currículo de Letras da forma como o curso demonstra precisar.

Sendo assim, solicitamos que o processo da reforma curricular de Letras seja interrompido pelos representantes competentes na presente reunião do Setor de Humanas, a fim de que haja mais tempo para discussão dos novos currículos, bem como participação estudantil ativa neste processo que acarretará enormes consequências na formação dos futuros profissionais de Letras. Os estudantes do curso de Letras desejam construir a reforma curricular lado a lado com o corpo docente, por entender que nós, estudantes, também somos sujeitos do processo educacional, que envolve, dentre outros elementos, o nosso currículo.

Corpo discente do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Centro Acadêmico de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba, 25 de setembro de 2018